



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2015**  
(Processo nº 23479.005708/2015-21)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa**, que por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 369/2015, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas respectivas alterações, bem como as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Data da sessão:** 17 de dezembro de 2015.

**Horário:** 10h00min (horário de Brasília)

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços terceirizados e continuados de instalação e manutenção (preventiva e corretiva) de condicionadores de ar e centrais de ar, ventiladores, freezers (para futuras aquisições), frigobares, refrigeradores (para futuras aquisições), geladeiras, bebedouros industriais ou não, câmaras frias, câmara de germinação tipo Mangelsdorf (para futuras aquisições), câmara de germinação tipo BOD, com alternância de temperatura e fotoperíodo (para futuras aquisições) – sendo todos estes equipamentos industriais ou não – para suprir todas as demandas ligadas as áreas de climatização e refrigeração, com fornecimento de mão de obra, peças, materiais, ferramentas, máquinas e equipamentos, para atender a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, UNIFESSPA, na Sede e *Campi* fora de sede onde há atividades da instituição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. **A licitação será em GRUPO ÚNICO**, formado por um ou mais itens, conforme Anexo I-A do Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade:** 26488 – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

**Fonte:** 0112

**Programa de Trabalho:** 088908

**Elemento de Despesa:** 339039

**UGR:** 154823

**PI:** M0124G1900R

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou



entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1. Que sejam familiares de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no órgão, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04.06.10.
  - 4.2.2. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 4.2.5. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
    - 4.2.6.1. A vedação da participação de empresas reunidas em consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, situação esta que não se enquadra no presente certame.
- 4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 4.4.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
  - 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
  - 4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
  - 4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

#### **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 5.6.1. Valor total do grupo;
  - 5.6.2. Descrição detalhada do objeto.
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis.
  - 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira



colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

- 6.15. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
  - 6.19.1. prestados por empresas brasileiras;
  - 6.19.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 6.20. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
- 7.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 7.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.7. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar documento digital, impreterivelmente por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.8. A Proposta de Preços deverá conter:
  - 7.8.1. Especificação clara e detalhada do objeto – não será aceita a especificação que constar a expressão "conforme o edital" ou denominação parecida, em substituição a especificação completa, que não especifique detalhadamente o objeto, quantidade solicitada, período de validade da proposta, prazo de entrega ou execução do objeto desta licitação e declarações exigíveis, bem como



- qualquer outra exigência deste edital para fins de aceitação da proposta, de acordo com o Anexo III deste Edital;
- 7.8.2. Valor Global, expresso, numericamente e por extenso, em moeda corrente nacional;
- 7.8.3. O preço global proposto não poderá ser superior ao estimado no Anexo I-A do Termo de Referência, valor máximo estabelecido com base no inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/93;
- 7.8.4. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos, taxa de administração e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;
- 7.8.5. Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços Unitários, de acordo com o Anexo IV deste Edital;
- 7.8.5.1. Na composição dos preços deve ser observada a Convenção Coletiva de Trabalho constante do Termo de Referência (Anexo I deste Edital);
- 7.8.6. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, endereço eletrônico número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento;
- 7.8.7. Todos os preços deverão ser expressos em Real (R\$), com 02 (duas) casas decimais e em hipótese alguma poderão ser maiores que o estimado.
- 7.8.8. Não serão admitidas propostas que contenham exigência de faturamento mínimo.
- 7.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

- 8.1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 8.1.1. Também poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.1.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do site oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:
- 8.3. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 8.3.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;



- 8.3.2. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.3.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.3.4. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 8.3.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**
- 8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.4.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
- 8.4.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 8.4.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.4.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 8.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.4.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:**
- 8.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 8.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 8.5.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 8.5.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$





$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- 8.5.4. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:
- 8.5.4.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- 8.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, relativamente ao grupo licitado, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
- 8.6.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em plena validade;
- 8.6.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 2 (dois) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.6.2.1. A comprovação da aptidão pelo período de três anos, prevista na IN SLTI/MPOG nº 02/2008, art. 19, §5º, foi diminuída para dois anos, tendo em vista que o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto.
- 8.6.2.2. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;
- 8.6.2.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 8.6.3. Para a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos prevista no subitem 8.6.2, será aceito o somatório de atestados
- 8.6.4. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigido no Termo de Referência;
- 8.7. Declaração de que o licitante instalará escritório em Marabá/PA, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, nos termos do art. 19, § 5º, III, da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.
- 8.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, via e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via e-mail;
- 8.9. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
- 8.9.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.



- 8.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.12. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.
- 8.13. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DOS RECURSOS**

- 9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1. O adjudicatário, como condição para assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 11.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
  - 11.3.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 11.3.2. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 11.3.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
  - 11.3.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
- 11.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima;





- 11.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
- 11.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 11.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.8. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
  - 11.8.1. Caso fortuito ou força maior;
  - 11.8.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
  - 11.8.3. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
  - 11.8.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.
- 11.9. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas acima.
- 11.10. Será considerada extinta a garantia:
  - 11.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 11.10.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO**

- 12.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.
- 12.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta "online" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
  - 12.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 12.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 12.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **13. DO REAJUSTE**

- 13.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

## **14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



## **16. DO PAGAMENTO**

- 16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 16.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
- 16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 16.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
  - 16.6.1. Não produziu os resultados acordados;
  - 16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 16.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 16.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I × N × VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6 \div 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 17.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 17.1.2. Apresentar documentação falsa;
  - 17.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 17.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 17.1.5. Não mantiver a proposta;
  - 17.1.6. Cometer fraude fiscal;
  - 17.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 17.3.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 17.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 17.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 18.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br), ou por petição dirigida à Comissão Permanente de Licitação – CPL/PROADI, protocolada no Protocolo Central da Unifesspa, no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote Especial, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



- 18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

#### **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Comissão Permanente de Licitação – CPL/PROADI, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 19.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.10.1. ANEXO I – Termo de Referência;
  - 19.10.2. ANEXO I-A – Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços Unitários;
  - 19.10.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
  - 19.10.4. ANEXO III – Modelo de Proposta;
  - 19.10.5. ANEXO IV – Modelo de Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços Unitários;
  - 19.10.6. ANEXO V – Decreto Tarifa de Transporte Município de Marabá;

Marabá-PA, 07 de dezembro de 2015.

**LEANDRO MAIA TEIXEIRA**  
Pregoeiro Oficial  
Portaria Nº 369/2015 - Unifesspa



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Pregão Eletrônico

**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa**

**Pregão Eletrônico SRP Nº 31/2015**

(Processo Nº 23479.005708/2015-21)

**1. OBJETO**

O presente Termo de Referência refere-se a procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, para Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços Terceirizados e Continuados de instalação e manutenção (preventiva e corretiva) de condicionadores de ar e centrais de ar, ventiladores, freezers (para futuras aquisições), frigobares, refrigeradores (para futuras aquisições), geladeiras, bebedouros industriais ou não, câmaras frias, câmara de germinação tipo Mangelsdorf (para futuras aquisições), câmara de germinação tipo BOD, com alternância de temperatura e fotoperíodo (para futuras aquisições) – sendo todos estes equipamentos industriais ou não – para suprir todas as demandas ligadas as áreas de climatização e refrigeração, com fornecimento de mão de obra, peças, materiais, ferramentas, máquinas e equipamentos, para atender a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, UNIFESSPA, na Sede e Campi fora de sede onde há atividades da instituição, nos termos e condições deste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1. Diante da inexistência, no quadro funcional da UNIFESSPA, de agentes com a atribuição de executar serviços de manutenção em equipamentos de refrigeração – nessa expressão compreendidas todas as atividades que demandem reparo, manutenção, limpeza dos aparelhos, limpeza de dutos e higienização de instalações de ar condicionado central, remanejamento, contemplados toda a mão-de-obra e recursos necessários, instalação e remoção de condicionadores de ar e seus acessórios, assim como dos demais equipamentos com tecnologia de refrigeração, tais como: geladeiras, bebedouros e purificadores de água, que podem afetar direta ou indiretamente a perfeita execução das atividades institucionais desta Universidade – sendo imprescindíveis aqueles serviços para o funcionamento em condições satisfatórias de salubridade, bem como para a conservação da vida útil dos equipamentos contemplados nas rotinas de manutenção, e de acordo com a norma veiculada pelo Art. 1º, § 1º, Decreto Nº 2.271/1997, fica justificada a outorga daqueles serviços à pessoa jurídica com habilitação necessária e suficiente para o desempenho das tarefas mencionadas, na forma como a seguir discriminado
- 2.2. O serviço ora especificado deverá ser contratado sob a forma de empreitada por preço unitário, de execução indireta.
- 2.3. Tal serviço contempla a manutenção de equipamentos de refrigeração, incluindo todas as rotinas necessárias para o redimensionamento da tubulação e cálculos de carga térmica com o objetivo de garantir perfeitas condições de temperatura para salas que abrigam equipamentos que requerem controle rígido de temperatura, devendo ser considerado serviço comum, demandando prévio estudo realizado por profissionais legalmente habilitados efetivos da Diretoria de Infraestrutura da UNIFESSPA.
- 2.4. É essencial ainda, justificar o motivo pelo qual todos os serviços devem ser outorgados a uma única empresa: a economia de escala, a sinergia existente entre os equipamentos que integram o sistema de refrigeração e a conveniência administrativa em gerir, de forma centralizada, um contrato que contemple a manutenção de vários equipamentos;

**3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1. DEFINIÇÕES:**

- 3.1.1. **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** – caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, com rotina pré-estabelecida, estimativas da durabilidade esperada dos sistemas,



elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência, e relatórios de verificações periódicas sobre o seu estado de degradação.

- 3.1.2. **MANUTENÇÃO CORRETIVA** – caracterizada por serviços de adequação dos espaços e sistemas às normas e legislações, de modo a garantir a segurança e saúde dos usuários e a regularidade das edificações.
- 3.1.3. **MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EMERGÊNCIA** – caracterizada por serviços que demandam ação ou intervenção imediata a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários ou proprietários.

#### **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 4.1. Para fazer frente à demanda ora demonstrada, é indispensável ao licitante a apresentação de: Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, entidade para a fiscalização do exercício profissional, competente da região a que estiver vinculada o licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação, com atribuições na área de refrigeração e climatização com Engenheiro Mecânico devidamente habilitado;
- 4.2. 01 (um) ou mais atestado (s) ou declaração (ões) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) na entidade profissional competente, que comprove (m) ter o licitante executado, os serviços de instalação e manutenção (preventiva e corretiva) de sistema de climatização e refrigeração conforme solicitação e itens do objeto neste Termo de Referência;
- 4.3. Declaração indicando os nomes, C.P.F.'s e números dos registros, na entidade profissional competente, dos responsáveis técnicos que acompanharão a execução dos serviços. O responsável técnico será, necessariamente um Engenheiro Mecânico, devidamente credenciado e habilitado junto ao CREA, e seu nome deverá ser o mesmo a constar nos atestados de responsabilidade técnica de que tratam os itens acima;
- 4.4. Declaração de vistoria, anexo IV, emitida pela UNIFESSPA, cuja visita é de caráter facultativo. A visita deverá ser previamente agendada com A Diretoria de Infraestrutura, na Unidade III do Campus de Marabá-PA, (94) 2101-7149, e visa comprovar que a empresa tomou conhecimento das quantidades e das condições de funcionamento e conservação dos equipamentos, inclusive para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento destes;
- 4.5.
- 4.5.1. **A declaração de vistoria não será documento obrigatório para participação do certame licitatório**, mas o licitante assumirá o ônus oriundo de não realizar uma análise detalhada para composição de sua proposta, através da visita técnica. Portanto, as despesas que forem verificadas em decorrência da não realização da vistoria, correrão por conta exclusivamente da CONTRATADA, sem qualquer dispêndio para a UNIFESSPA;
- 4.5.2. A vistoria deverá ser realizada por técnico da empresa, conforme subitem 4.4.4, da Qualificação Técnica, que inspecionará o local de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta. Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante;
- 4.5.3. Esta vistoria será considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertinentes aos serviços a serem prestados; e
- 4.5.4. A visita técnica deverá ser efetuada, no período compreendido entre a data da publicação do Edital até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da licitação, devendo ser realizada pelos profissionais da Empresa detentora dos atestados de capacidade técnica, indicados pela empresa licitante.

#### **5. LOCAIS ONDE SERÃO REALIZADOS OS SERVIÇOS**

- 5.1. Os serviços serão realizados em todos os Campi da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará em suas unidades em sede e fora de sede que são eles:
- 5.1.1. **Sede:** Campus de Marabá nas unidades I, II e III, Almoxarifado Geral da Unifesspa em Marabá, bem como os que vierem a serem criados durante a validade do contrato.





- 5.1.2. **Fora de Sede:** Campus de Rondon do Pará, Campus de Xinguara, Campus de São Felix do Xingu e de Santana do Araguaia, bem como os que vierem a serem criados durante a validade do contrato.

## 6. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

- 6.1. Deverá ser apresentado, quando da assinatura do contrato para os seguintes profissionais:
- 6.1.1. Auxiliar de Refrigeração:
- 6.1.1.1. Comprovação de formação em **curso de auxiliar ou de mecânico de refrigeração** no SENAI ou Instituição equivalente;
- 6.1.1.2. **Experiência profissional de no mínimo 06 (seis) meses de atuação em equipes de manutenção de refrigeração como auxiliar ou mecânico de refrigeração**, comprovada na Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou qualquer outro documento idôneo para os profissionais **de auxiliar de refrigeração**;
- 6.1.2. Técnico ou/ Mecânico de Refrigeração:
- 6.1.2.1. Comprovação de formação escolar, com diploma ou certificado emitido por instituição legalmente credenciada pelo MEC comprovando a conclusão do **ensino médio (antigo 2º grau)**;
- 6.1.2.2. Comprovação de formação em **curso Técnico de refrigeração** em Instituição de Ensino;
- 6.1.2.3. **Experiência profissional de no mínimo 06 (seis) meses de atuação em equipes de manutenção de refrigeração como Técnico ou mecânico de refrigeração**, comprovada na Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou qualquer outro documento idôneo para os profissionais **Técnicos/Mecânicos de Refrigeração**;
- 6.1.3. Encarregado de Refrigeração:
- 6.1.3.1. Comprovação de formação escolar, com diploma emitido por instituição legalmente credenciada pelo MEC comprovando a conclusão do Ensino Médio com experiência mínima de 6 meses como encarregado de equipe de refrigeração ou profissional com Ensino Superior em **Engenharia Mecânica**;
- 6.1.3.2. Experiência em liderança de equipe, no mínimo 04 (quatro) meses, comprovada na Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou qualquer outro documento idôneo para o profissional que atuará como **encarregado de refrigeração**. Possuir também obrigatoriamente **Carteira Nacional de Habilitação B**.

## 7. JORNADA DE TRABALHO

- 7.1. A execução dos serviços de operação, instalação e manutenção (preventiva e corretiva) de condicionadores de ar, ventiladores, freezers (para futuras aquisições), frigobares, refrigeradores (para futuras aquisições), geladeiras, bebedouros industriais ou não, câmaras frias, câmara de germinação tipo Mangelsdorf (para futuras aquisições), câmara de germinação tipo BOD, com alternância de temperatura e fotoperíodo (para futuras aquisições) – sendo todos estes equipamentos industriais ou não – salvo em casos extraordinários, deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, podendo, a critério da Contratante, ocorrer aos sábados, em jornada **não superior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais**.
- 7.1.1. O primeiro turno deverá ser iniciado às 08h00 e o último deverá terminar às 18h00. As equipes em cada turno serão formadas de acordo com critérios estabelecidos pela Contratante.
- 7.1.2. As 4 (quatro) horas complementares poderão ser laboradas aos Sábados, a critério da Contratante, ou compensadas de segunda a sexta-feira, desde que não ultrapasse o limite legal de 10 horas diárias.
- 7.1.3. Havendo previsão em norma coletiva para a instituição de Banco de Horas, poderá o gestor, conhecidas as regras de seu funcionamento, aplicá-las ao período de 4 (quatro) horas complementares não diluídas durante a semana.
- 7.1.4. Os pontos facultativos e os feriados institucionais próprios da Unidade CONTRATANTE não alcançam a jornada de trabalho dos empregados da CONTRATADA, podendo ser convocados para



o desempenho de suas atividades nesses dias, sem que implique qualquer ônus adicional ao valor do contrato ou caracterize hipótese de compensação de horas.

- 7.2. A execução dos serviços terceirizados e continuados de instalação e manutenção (preventiva e corretiva) de condicionadores de ar, ventiladores, freezers (para futuras aquisições), frigobares, refrigeradores (para futuras aquisições), geladeiras, bebedouros industriais ou não, câmaras frias, câmara de germinação tipo Mangelsdorf (para futuras aquisições), câmara de germinação tipo BOD, com alternância de temperatura e fotoperíodo (para futuras aquisições) – sendo todos estes equipamentos industriais ou não – deverão ser executados por técnicos devidamente habilitados e com vínculo empregatício com a empresa Contratada.
- 7.3. Todos os serviços deverão ser fiscalizados pelo Engenheiro Mecânico, que faz parte do quadro de pessoal da contratada como responsável junto ao CREA.

## 8. PREÇO PELOS SERVIÇOS

- 8.1. O valor pago **mensalmente** pela prestação dos serviços, incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e fiscais e demais componentes do custo inerentes a contratação, serão calculados conforme o valor do piso salarial de cada profissional - fixado segundo a respectiva Convenção Coletiva de Trabalho (Número de Registro no MTE: PA000750/2014 – utilizado como base) ou do valor do serviço, demonstrado em planilha a ser fornecida a CONTRATANTE, observado, em todo caso, os índices estipulados **Planilha de Composição de Custo e Formação de Preços Unitários (Anexo I-A), Planilha SICRO - Março de 2015 e Decreto 400/2014 da Prefeitura Municipal de Marabá (Anexo V)**, valores máximos a serem aceitos nesta licitação pela Administração.
- 8.2. De acordo com a necessidade da Instituição, serão autorizados serviços extraordinários mediante comunicação previa e por escrito a CONTRATADA;
- 8.3. Os serviços extraordinários deverão ser faturados em separado com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante registro de ponto. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da folha de pagamento e seus comprovantes e dos comprovantes de recolhimento para o INSS e para o FGTS;
- 8.4. A Contratada providenciará todas as peças eventualmente necessárias e utilizadas, mensalmente, em relatório apenso à cobrança mensal dos serviços contratados, **observando o limite máximo R\$ 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais)**, acrescido do BDI da proposta vencedora, cabendo aos gestores do contrato observar e fiscalizar o limite acima descrito;

## 9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente identificados, para a realização dos serviços contratados;
- 9.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- 9.3. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
- 9.4. Executar a verificação dos serviços adquiridos por servidores especialmente designados, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e atestar as Notas Fiscais correspondentes;
  - 9.4.1. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação deste Termo e da proposta de preços da CONTRATADA;
  - 9.4.2. Requerer nova instalação, independentemente da quantidade, a dispêndio da CONTRATADA e sem qualquer ônus para UNIFESSPA quando da constatação, a qualquer tempo, de montagem ou de manutenção inapropriada do equipamento realizada pela primeira;
- 9.5. Efetuar o pagamento referente ao objeto deste Termo de Referência após o atesto da nota fiscal, em até 30 dias úteis;
- 9.6. Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento da UNIFESSPA, de acordo com o estabelecido nas referidas atribuições;
- 9.7. Examinar as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, para comprovar o registro da função profissional;



- 9.8. Verificar, em relação aos empregados da CONTRATADA, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso;
- 9.9. Exigir, quando considerar conveniente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, ou qualquer outro documento que julgar necessário;
- 9.10. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares, contratuais e aquelas previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, quando necessário; e
- 9.10.1. Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93.

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Sem prejuízo do previsto no contrato, são obrigações da CONTRATADA, além de cumprir todos os encargos incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto contratual e observar todas as obrigações prevista na Lei nº 8.666/93:

##### **GRUPO I**

- 10.1.1. Fornecer uniforme completo aos seus empregados conforme consta na tabela 1, a partir da data de início de execução do serviço, CONFORME TABELA ABAIXO:

**Tabela 1. Materiais e Uniformes a Serem Entregues aos Empregados**

Quantidade fornecida inicialmente	Quantidade fornecida semestralmente	Tipo de Uniforme
2	2	<b>Calça:</b> tecido em brim, azul-marinho, fechamento frontal por zíper, 02 (dois) bolsos frontais e 02 (dois) bolsos traseiros, sobrepostos;
4	4	<b>Camiseta:</b> meia malha de algodão lisa, branca, manga curta, gola em malha sanfonada, com logomarca da empresa;
3	3	<b>Jaleco:</b> tecido em brim, com três bolsos, mangas curtas, abotoado na frente, azul-marinho, com logotipo da empresa gravado no bolso superior;
1	1	<b>Calçado:</b> de couro ou material sintético similar, com solado em borracha e cano médio, na cor preta, de acordo com o que determinar a norma própria de EPI;
2	2	<b>Meia:</b> Tecido em algodão, cor preta.
1	1	<b>Crachá:</b> em PVC, com foto 3x4 cm recente e colorida, com identificação nome e sobrenome e função e logomarca da Contratada.

- 10.1.2. Fornecer, a partir da data prevista para início da execução dos serviços, uniforme de acordo com a tabela do item anterior ou, a qualquer tempo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;
- 10.1.3. Entregar os uniformes mediante RECIBO com relação nominal, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada a fiscalização designada pela CONTRATANTE;
- 10.2. **Fornecer e manter, durante a vigência do Contrato, para uso do encarregado, 01 (uma) impressora (laser ou jato de tinta), incluindo os insumos necessários à sua utilização (papel, cartucho/toner) e as devidas providências relativas a manutenção e conserto. Assim como um notebook em bom estado de conservação;**
- 10.3. Apresentar à CONTRATANTE, após o início da prestação dos serviços, relação dos funcionários, contendo toda a identificação, tais como: foto, tipo sanguíneo/fator Rh, endereço, telefone, Declaração Negativa de Parentesco, Certidão de Antecedentes Criminais, dentre outros, atualizando a cada 6 (seis) meses;



- 10.4. É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão-de-obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores da Unidade fiscalizadora.
- 10.5. A Contratada deverá fornecer sem repassar os custos para seus empregados:
  - 10.5.1. Uniformes completos, com a identificação da empresa, conforme descrito no item 7.1, incluindo todos os complementos e equipamentos de proteção individual (EPI), conforme preconizado nas Normas Regulamentadoras editadas pelo Ministério do Trabalho;
  - 10.5.2. Crachás de identificação com fotografia 3x4 recente e identificação completa;
  - 10.5.3. Auxílio alimentação/refeição na forma da Lei;
  - 10.5.4. Vale-transporte na forma da Lei;
  - 10.5.5. Ferramentas e equipamentos necessários a execução dos serviços;
  - 10.5.6. Aparelhos de comunicação conforme descrito nos itens 10.7 e 10.8;
  - 10.5.7. Cursos de capacitação, aprimoramento e treinamento, incluindo os custos com transporte e material didático;
  - 10.5.8. Providenciar que seus funcionários usem sempre o crachá de prestador de serviço fornecido pela CONTRATANTE nas dependências desta;
- 10.6. **Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, e vice-versa. Bem como pelo transporte entre os Campi da UNIFESSPA, deixando um veículo apropriado com carroceria e que comporte no mínimo 5 pessoas para atender exclusivamente a demanda da UNIFESSPA, por período mínimo de 8 horas por dia de segunda a sábado.**
- 10.7. Fornecer 01 (um) aparelho de comunicação móvel celular para o encarregado, com o devido serviço contratado;
- 10.8. Fornecer 04 (quatro) aparelhos de comunicação (serviço móvel especializado – SM – ou equipamento móvel celular equivalente, acompanhado do respectivo serviço), distribuídos entre a equipe a ser lotada nas dependências da CONTRATANTE;
- 10.9. Os aparelhos de comunicação deverão ter sinal cujo alcance seja suficiente para cobrir toda a área e espaços internos sobrejacentes em todas as dependências da Contratante e possibilitar a comunicação com os aparelhos utilizados pelo encarregado ou preposto da CONTRATADA, bem ainda pela Administração da CONTRATANTE;
- 10.10. Orientar seus funcionários a portarem e a atenderem sempre os aparelhos de comunicação;
- 10.11. Recrutar em seu nome e sob sua responsabilidade, os empregados necessários a perfeita execução dos serviços contratados, com os requisitos técnicos e a escolaridade exigidos;
- 10.12. Submeter a previa avaliação da Administração da CONTRATANTE, provido do respectivo curriculum vitae, todo e qualquer funcionário da CONTRATADA, selecionado para exercer as atividades avançadas;
- 10.13. Apresentar ficha cadastral de todos os empregados, inclusive os substitutos, envolvidos com a execução do CONTRATO, contendo qualificação completa, endereço e telefones;
- 10.14. Fornecer a Fiscalização a escala nominal de férias, licenças e faltas, se houver, dos empregados envolvidos diretamente com a execução do objeto e seus respectivos substitutos eventuais;
- 10.15. Proceder a transferência de funcionários envolvidos com a execução do CONTRATO somente após notificar a CONTRATANTE, observado o disposto nos itens 10.3, 10.10 a 10.12;
- 10.16. Apresentar, quando da assinatura do CONTRATO, planilha de custos pormenorizada referente a todos os materiais e equipamentos descritos nesse Termo de Referência, incluindo as marcas oferecidas, em quantidades suficientes para executar os serviços conforme especificado, em consonância com o valor global contratado;
- 10.17. Efetuar a reposição de pessoal, no prazo máximo de 02 (duas) horas, em caso de eventual e comprovada ausência;
- 10.18. Apresentar previamente a CONTRATANTE os empregados indicados para os serviços contratados, inclusive em substituição de faltas, ou quando o afastamento for igual ou superior a 02 (dois) dias;



- 10.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, respondendo a todas as dúvidas e reclamações no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;
- 10.20. Credenciar junto a CONTRATANTE, empregados do quadro administrativo da CONTRATADA para proceder, nas dependências da CONTRATANTE, em dias definidos e em horário que não comprometam a perfeita execução dos serviços, a distribuição de contracheque, vale-transporte, vale-refeição e outros insumos de responsabilidade da CONTRATADA;
- 10.21. Enviar ao local de prestação dos serviços, mediante previa comunicação a CONTRATANTE, representante para esclarecer todas as dúvidas dos funcionários sempre que houver acordo, convenção ou dissídio da respectiva categoria profissional;
- 10.22. Disponibilizar, para guarda dos pertences dos empregados que prestam serviço nas unidades da CONTRATANTE, **armários individuais metálicos compatíveis com as instalações existentes, os quais deverão ser instalados nos locais determinados pela Administração, cabendo um armário, com o respectivo cadeado ou chave, para cada funcionário;**

**GRUPO II**

- 10.23. Fornece todo o Equipamento de Proteção Individual (EPI) necessário a perfeita execução das tarefas, conforme preconizado pelas normas regulamentadoras editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- 10.24. Fornecer a cada empregado o quantitativo de vale-refeição ou alimentação suficiente para cada mês, conforme determinado pelo respectivo acordo ou convenção coletiva, assim como vale-transporte no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque da residência ao trabalho e vice-versa durante todo o mês, ambos em uma única entrega, **no último dia útil do mês que anteceda sua utilização.**
- 10.25. A CONTRATADA, em substituição ao disposto neste item e nos limites e termos da legislação vigente, poderá proporcionar o transporte de seus empregados por meios próprios ou contratados, em veículo adequado ao transporte público;
- 10.26. Permitir aos seus empregados que optem por receber vale-refeição ou alimentação, os quais deverão ser amplamente aceitos em todo o Estado do Pará e corrigidos sempre pelo mesmo índice utilizado para correção do vale definido em norma da respectiva categoria profissional;
- 10.27. Fornecer os valores referentes a alimentação e ao transporte no caso de serviços extraordinários realizados aos sábados, domingos e feriados, caso solicitado pela Administração;
- 10.28. Cumprir, imediata e independentemente de repactuação do CONTRATO, as normas estabelecidas em acordo, convenção ou dissídio da respectiva categoria profissional, tão logo tenha sido homologado, sobretudo no que se refira ao aumento de salário;
- 10.29. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, os salários dos empregados envolvidos com os serviços contratados e fornecer os respectivos contracheques até o 2º (segundo) dia útil após o pagamento, bem como recolher no prazo legal todos os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, apresentando a administração da CONTRATANTE mensalmente os respectivos comprovantes;
- 10.30. Promover o pagamento dos salários e demais encargos trabalhistas e fiscais nas datas regulamentares, mesmo que, por circunstâncias diversas, ocorra atraso no pagamento da fatura por parte da CONTRATANTE;
- 10.31. Apresentar a CONTRATANTE, quando do início da vigência do contrato, o Programa de Treinamento, Capacitação e Atualização necessário ao desempenho das atividades diárias dos profissionais envolvidos com as atividades objeto do contrato, apresentando ao gestor comprovante de sua efetiva realização a cada semestre.
- 10.32. O treinamento deverá incluir o fornecimento de todo o material didático e dos certificados, realizado pelo SENAI – Serviço Nacional da Indústria ou qualquer outra instituição reconhecida na área e atuação do profissional reconhecida.
- 10.33. Orientar os empregados a se comportarem de forma cordial com os demais e se apresentarem dentro dos padrões de eficiência e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;
- 10.34. Observar conduta adequada na utilização dos materiais e equipamentos, objetivando a correta higienização dos ambientes após a realização dos trabalhos e a prevenção de acidentes;



- 10.35. Orientar seus empregados a se apresentarem diariamente ao local de trabalho de maneira asseada, com uniforme limpo e completo;
- 10.36. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

**GRUPO III**

- 10.37. Fornecer, quando do início da vigência do contrato, Registrador Eletrônico de Ponto (REP), compatível com a Portaria/MTE Nº 1510/2009, incluindo os insumos necessários à sua utilização (licença de software, bobina de papel etc.) e as devidas providências relativas a instalação, manutenção e eventuais consertos.
- 10.38. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, nas condições previstas na norma coletiva aplicável;
- 10.39. Instruir seus empregados quanto a prevenção de incêndios nas áreas de trabalho, promovendo ainda, treinamento quanto ao uso dos equipamentos de combate a incêndios nas dependências da CONTRATANTE;
- 10.40. Emitir relatório mensal com a descrição de todos os serviços executados, a situação das instalações e equipamentos e as recomendações de adequações que se fizerem necessárias, sendo entregue uma cópia a administração da CONTRATANTE;
- 10.41. **Entregar a Administração, sempre que solicitado, todos os materiais substituídos por aqueles que sejam objeto de ressarcimento pela Contratante;**
- 10.42. Sinalizar adequadamente a área utilizada para a realização das manutenções, a fim de evitar acidentes;
- 10.43. Executar, quando solicitado pela Contratante, **mediante prévia comunicação por escrito**, os serviços extraordinários, devendo faturar em separado com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante assinatura de ponto e controle interno da Contratante;
- 10.44. Avisar com antecedência a DIMEC/ DINFRA, toda manutenção que implique em interrupção ou comprometimento do funcionamento do sistema de refrigeração. As manutenções desse tipo deverão ser previamente autorizadas por aquele setor, sendo preferencialmente realizadas em horário diverso do funcionamento do mesmo, isto é, antes das 08:00h ou entre os horários de 13:00h às 14:00h, ou após as 18h00, ou ainda em finais de semana ou feriados sem ônus adicionais a Contratante;
- 10.45. Promover a remoção provisória do mobiliário existente, a fim de viabilizar a execução dos serviços, recolocando-o, ao final dos trabalhos, em seu local de origem;
- 10.46. Remover e transportar, as suas expensas, todo o entulho e detritos provenientes da execução dos serviços, sejam da manutenção preventiva ou corretiva, ressalvados aqueles provenientes de serviço eventual ou aqueles que se enquadrem no serviço ordinário de limpeza da CONTRATANTE.
- 10.47. Cumprir, além das normas legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 10.48. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências e equipamentos da CONTRATANTE de que fizer uso;
- 10.49. Manter todos os utensílios, ferramentas, maquinários e equipamentos necessários a execução dos serviços, em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados a produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas, cabendo a Contratante a indicação do local para o seu armazenamento e cabendo a Contratada manter o espaço reservado a este fim perfeitamente limpo e organizado;
- 10.50. Substituir qualquer utensílio, ferramenta, maquinário ou equipamento cujo uso seja considerado pela Contratante prejudicial a boa conservação de suas dependências, equipamentos ou instalações, ou ainda que não atendam a real necessidade dos serviços;
- 10.51. Zelar para que a manutenção preventiva ocorra de forma planejada e periódica, com frequência adequada ao uso dos sistemas, instalações, equipamentos e suas características técnicas e também através de outros procedimentos necessários ao bom funcionamento e a segurança, baseada no PLANO DE MANUTENCAO PREVENTIVA a ser apresentado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o início dos serviços, pela





CONTRATADA, e que deverá contemplar todos os itens que segundo a experiência da CONTRATADA, devam ser observados de forma a garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos, sistemas e instalações;

- 10.52. Submeter os serviços a serem prestados pela CONTRATADA a aceitação pela CONTRATANTE, a qual caberá o direito de recusa, caso não estejam de acordo com o especificado;
- 10.53. REFAZER, as suas expensas, os serviços que vierem a ser recusados, sendo que o ato de Recebimento Provisório dos mesmos não importará a sua aceitação que, conforme sua natureza, somente se consumará com o Recebimento Definitivo pela CONTRATANTE.
- 10.53.1. A CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para concluir a execução dos serviços que vierem a ser recusados. Caso esse prazo revele-se insuficiente por razões diversas, caberá a CONTRATADA, dentro do prazo inicial, solicitar um prazo maior, justificando formalmente o motivo da dilação de prazo;
- 10.53.2. Na apuração do prazo estabelecido no subitem anterior será considerado o disposto no art. 110, da Lei nº 8.666/93/1993.
- 10.54. Disponibilizar todos os materiais e ferramentas necessárias a manutenção corretiva e preventiva evitando interrupções, transtornos e atrasos dos serviços.
- 10.55. Relatar a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada por seus empregados nos locais em que desenvolvam as respectivas atividades;
- 10.56. Prestar atendimento exclusivamente aos chamados registrados em sistema próprio da contratante ou as determinações da Divisão de Manutenção, abstendo-se de atender de forma direta as solicitações dos usuários;
- 10.57. Providenciar a realização da manutenção preventiva de forma planejada e periódica, com frequência adequada ao uso do sistema de refrigeração, observando suas características técnicas, utilizando-se também de outros procedimentos necessários ao bom funcionamento e a segurança, baseado no Plano de Manutenção Preventiva a ser apresentado a Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;
- 10.58. Emitir relatório mensal com a descrição de todos os serviços executados, com indicação da situação e das necessidades dos equipamentos, devendo ser enviada uma cópia a Contratante;
- 10.59. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências e equipamentos da Contratante que fizer uso;

#### **GRUPO IV**

- 10.60. Manter seu pessoal orientado com relação ao funcionamento do local onde serão exercidos os serviços contratados;
- 10.61. Manter quadro de pessoal suficiente para o atendimento aos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço ou demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes do CONTRATO;
- 10.62. Prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a realização dos serviços contratados, obedecidas as normas trabalhistas vigentes;
- 10.63. Fornecer efetivo para atender a eventuais acréscimos ou serviços eventuais solicitados pela CONTRATANTE;
- 10.64. Prover, por ocasião de férias ou outros afastamentos regulares ou ocasionais de seus funcionários, a vaga com funcionário exclusivo – cuja regularidade de sua situação laboral deverá ser previamente comprovada, inclusive com a apresentação de sua CTPS anotada pela CONTRATADA – durante todo o período de afastamento do anterior ocupante da função, a fim de se evitar a indesejável rotatividade de empregados;
- 10.65. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, na qualidade de preposto, com poderes de representante para tratar diretamente com a Contratante;
- 10.66. Manter um encarregado, nas dependências da CONTRATANTE, responsável pelos funcionários e pelo acompanhamento dos serviços;



- 10.67. Manter a disciplina nos locais de trabalho, bem como substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela Administração da CONTRATANTE;
- 10.68. Controlar a carga horária de seus empregados por meio de equipamento de registro eletrônico de ponto, fornecido pela CONTRATADA, compatível com a Portaria/MTE Nº 1510/2009, ficando sob sua responsabilidade a confirmação da exatidão dos registros (controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados), horários de entrada e saída, sob pena de responder pelas horas pagas indevidamente pela CONTRATANTE;
- 10.69. Orientar seus empregados a manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responder civil, penal e administrativamente, todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;
- 10.70. Impedir que o empregado que for regressado ou tiver cometido falta considerada grave, nas dependências da CONTRATANTE, volte a prestar serviços a mesma, inclusive serviços eventuais;
- 10.71. Não permitir que seus funcionários executem quaisquer atividades estranhas ao CONTRATO durante o horário em que estiverem prestando serviço, cabendo a CONTRATADA exercer fiscalização contínua.
- 10.72. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- 10.73. O encarregado deverá dispor de toda a orientação, suporte e recursos (financeiros, inclusive, como dinheiro para taxi, compra de medicamentos para abastecimento da caixa de primeiros socorros etc.) que sejam suficientes ao atendimento do incidente, respondendo a contratada pelos atos comissivos e/ou omissivos a ele relacionado;
- 10.74. Fornecer a CONTRATANTE, com as faturas mensais, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da realização dos serviços, sendo uma nota para cobrança mensal dos serviços fixos mensais da mão obra, e outra para cobranças de peças e alojamento, quando necessários, bem como comprovantes de recolhimento da contribuição para o INSS, FGTS e folha de pagamento nominal de todos os empregados envolvidos com a execução do serviço, acompanhados dos originais para conferência ou devidamente autenticados, como condição para recebimento do valor dos serviços.
  - 10.74.1. A partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos somente serão efetuados após comprovação do recolhimento dos encargos sociais (FGTS e Previdência Social) correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, e da Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado pela CONTRATANTE, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 de 21 de julho de 1993;
- 10.75. Emitir NOTA FISCAL, destacando no campo descrição, alíquota das retenções, o número da Nota de Empenho a que se refere e o domicílio bancário do fornecedor (número do banco, nome e número da agência e da conta corrente);
- 10.76. Comprovar a quitação de todos os encargos sociais, fiscais e dívidas trabalhistas, na hipótese de demissão dos funcionários, diretamente envolvido com a execução do objeto deste contrato, ou, ainda, na hipótese de extinção deste CONTRATO, seja pela verificação do termo final ou por qualquer outro motivo, condição está imprescindível para o recebimento das parcelas a que fizer jus;
- 10.77. Fornecer, em caso de demissão de empregados envolvidos com a execução dos serviços durante a vigência do CONTRATO, além dos documentos descritos acima, como condição para pagamento da fatura mensal, comprovante de quitação de todas as obrigações trabalhistas;
- 10.78. Não caucionar ou utilizar o CONTRATO para qualquer outra operação financeira sem previa e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;
- 10.79. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação, inclusive quanto a qualificação econômico-financeira e, sobretudo, no que diz respeito a regularidade fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93;
- 10.80. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da União Federal afetado aos fins da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, bem como o de seus membros e servidores, por dolo, negligência,



imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

- 10.81. Caso não a faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE e reservado o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder rescindir o CONTRATO de pleno direito;
- 10.82. Responsabilizar-se por quaisquer atos de seus empregados que venham a comprometer a vida profissional e particular de membros, autoridades, servidores, prestadores de serviço e visitantes desta procuradoria;
- 10.83. Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviço, cabendo a Contratada exercer fiscalização contínua.

## 11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório em nenhuma hipótese.

## 12. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 12.1. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços na data definida pela Administração para o início da vigência do contrato, mesmo que assinado em data anterior;
- 12.2. O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com a conveniência das partes, até o limite de 60 meses.

## 13. DAS PENALIDADES

- 13.1. Garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, se a Contratada ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o **Art.7º da Lei nº 10.520/2002**.
- 13.2. Sem prejuízo da sanção prevista acima, e de conformidade com o estabelecido nos **artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93**, a Contratada total ou parcialmente inadimplente ficará sujeita as seguintes penalidades:
  - 13.2.1. Advertência;
  - 13.2.2. Aplicação de multas, de 10% (dez por cento) sobre o valor anual contratado.
  - 13.2.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - 13.2.4. Declaração de falta de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que lhe aplicou a pena.
- 13.3. A multa a que se refere o item acima, não compreende os juros cominatórios de **0,5% (cinco décimos por cento)** ao mês e poderão ser compensadas com os pagamentos pendentes ou depositadas diretamente no banco indicado pela administração e comprovado perante a administração;
- 13.4. Será adotada, na aplicação da penalidade de multa, a metodologia descrita a seguir, que estabelece a apuração no período do inadimplemento, considerando-se as obrigações constantes do **item 10** deste Termo de Referência, sendo admissível a aplicação conjunta de multas distintas, além das demais penalidades:

**Tabela 2. Quadro de penalidades e percentual de multa.**

QUADRO DE CORRELAÇÃO ENTRE O GRAU DA PENALIDADE E O PERCENTUAL DA MULTA					
GRAU	01	02	03	04	05
PERCENTUAL	1,00%	2,00%	2,50%	3,50%	5,00%



**Tabela 2.1. Quadro de penalidades, Infração Grau 1**

INFRAÇÃO – GRUPO I	GRAU
Considerado o descumprimento de cada subitem, por evento, por dia, por hora ou fração, conforme o caso	01

**Tabela 2.2. Infração para qual se comine penalidades, Grau 01.**

INFRAÇÃO PARA QUAL NÃO SE COMINE OUTRA PENALIDADE	GRAU
Considerado o descumprimento de cada subitem, por evento, por dia, por hora ou fração, conforme o caso	01

**Tabela 2.3. Quadro de infrações e reincidências, Grau 2.**

INFRAÇÃO – GRUPO II e REINCIDÊNCIA – GRUPO I	GRAU
Considerado o descumprimento, por subitem, por evento, por dia, por hora ou fração, conforme o caso	02

**Tabela 2.4. Quadro de infrações e reincidências, Grau 3.**

INFRAÇÃO – GRUPO III e REINCIDÊNCIA – GRUPO II	GRAU
Considerado o descumprimento, por subitem, por evento, por dia, por hora ou fração, conforme o caso	03

**Tabela 2.5. Quadro de infrações e reincidências, Grau 4.**

INFRAÇÃO – GRUPO IV e REINCIDÊNCIA – GRUPO III	GRAU
Considerado o descumprimento, por subitem, por evento, por dia, por hora ou fração, conforme o caso	04

**Tabela 2.6. Quadro de reincidências, Grau 5.**

REINCIDÊNCIA – GRUPO IV	GRAU
Considerado o descumprimento, por subitem, por evento, por dia, por hora ou fração, conforme o caso	05

- 13.5. Os casos não elencados serão apreciados na devida instauração do procedimento administrativo;
- 13.6. A multa será descontada dos pagamentos do respectivo contrato, ou ainda, se for o caso, cobrada judicialmente;
- 13.7. A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos **artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93**;
- 13.8. Contra a aplicação das penas de **suspensão temporária de participação em licitações e declaração de falta de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, caberá recurso a ser interposto no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da intimação do ato e dirigido ao Reitor;
- 13.9. Para efeitos de cálculo, obter-se-á o valor da multa aplicando-se o respectivo percentual sobre o valor mensal do contrato.

#### **14. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 14.1. As rotinas de operação, manutenção preventiva e manutenção corretiva a serem realizados em todos os **condicionadores de ar** deverão ser constituídas pelos serviços abaixo relacionados, na periodicidade



indicada, além de outros que a Contratante julgar necessários realizar ou que atendam as instruções dos fabricantes dos equipamentos:

**14.1.1. DIARIAMENTE**

- 14.1.1.1. Identificação e substituição de lâmpadas queimadas em geladeiras;
- 14.1.1.2. Identificação e eliminação de ruídos e vibrações anormais;
- 14.1.1.3. Limpeza e instalação dos evaporadores de água condensada nos aparelhos tipo janela;
- 14.1.1.4. Verificação e manuseio dos controles de segurança;
- 14.1.1.5. Verificação e regulação dos controles de umidade;
- 14.1.1.6. Verificação e regulação dos controles de temperatura;
- 14.1.1.7. Identificação e eliminação de vazamentos de gás;
- 14.1.1.8. Identificação e eliminação de vazamentos nas tubulações, válvulas, chaves de fluxo e registros;
- 14.1.1.9. Identificação e eliminação de vibrações anormais nos motores e correias dos ventiladores;
- 14.1.1.10. Entregar ao fiscal o **Relatório Diário de Manutenção** onde constem os parâmetros ideais de funcionamento, bem como o **PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle**.

**14.1.2. SEMANALMENTE:**

- 14.1.2.1. Limpeza dos filtros de ar;
- 14.1.2.2. Verificação de vazamentos nos circuitos de gás e água, quando necessário;
- 14.1.2.3. Verificação de vazamento na lona de acoplamento, quando necessário;
- 14.1.2.4. Verificação do estado e alinhamento das correias dos motores e condensadores;

**14.1.3. MENSALMENTE:**

- 14.1.3.1. Desobstrução do dreno e limpeza das bandejas de acumulação;
- 14.1.3.2. Verificação e balanceamento de tensão e corrente entre fases dos motores e compressores;
- 14.1.3.3. Verificação da tensão das correias para evitar que estas patinem, quando necessário;
- 14.1.3.4. Limpeza das bandejas e serpentinas com remoção do biofilme (lodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos, quando necessário;
- 14.1.3.5. Limpeza dos gabinetes dos condicionadores;
- 14.1.3.6. Avaliação do rendimento operacional de cada equipamento;
- 14.1.3.7. Verificação e lubrificação dos mancais e rolamentos;
- 14.1.3.8. Verificação do isolamento térmico das tubulações;
- 14.1.3.9. Verificação e regularização dos termômetros, manômetros, circuitos de água e termostatos de segurança contra congelamento;
- 14.1.3.10. Verificação e limpeza dos ventiladores, filtros dos condicionadores do tipo Split;
- 14.1.3.11. Identificação e eliminação de vazamentos nos dutos, tubulações, válvulas e registros;
- 14.1.3.12. Identificação e eliminação de frestas nos filtros;
- 14.1.3.13. Verificação do filtro secador;
- 14.1.3.14. Verificação e retificação (quando baixa) da carga de gás;
- 14.1.3.15. Verificação e retificação (quando baixo do nível de óleo do compressor,
- 14.1.3.16. Verificação da operação da válvula de expansão;
- 14.1.3.17. Verificação e calibração dos dispositivos de segurança, pressostato de alta e baixa e óleo;
- 14.1.3.18. Verificação dos terminais e contatos elétricos;



- 14.1.3.19. Medição e respectivo registro da tensão e corrente elétrica (total, por compressor e motor do ventilador);
- 14.1.3.20. Verificação e calibração da regulação do termostato de controle de temperatura ambiente;
- 14.1.3.21. Verificação dos protetores de polias e correias;
- 14.1.3.22. Verificação da drenagem de água;
- 14.1.3.23. Identificação e eliminação de ruído nos mancais;
- 14.1.3.24. Elaboração de **Relatório Mensal de Manutenção** onde constem os parâmetros ideais de funcionamento, bem como o **PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle**.
- 14.1.4. **TRIMESTRALMENTE:**
  - 14.1.4.1. Limpeza geral dos equipamentos;
  - 14.1.4.2. Reaperto de parafusos e conexões elétrica;
  - 14.1.4.3. Verificação de danos e corrosão nos gabinetes, na moldura da serpentina e na bandeja;
  - 14.1.4.4. Limpeza e eliminação de danos e corrosão nos difusores de insulamento e retorno;
  - 14.1.4.5. Verificação da fixação dos difusores de insulamento e retorno;
  - 14.1.4.6. Identificação e eliminação de ruídos nos difusores e na tubulação;
  - 14.1.4.7. Limpeza interna e externa da carcaça e do rotor.
- 14.1.5. **SEMESTRALMENTE:**
  - 14.1.5.1. Limpeza de condensador;
  - 14.1.5.2. Limpeza do evaporador;
  - 14.1.5.3. Verificação da vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
  - 14.1.5.4. Verificação da operação dos controles de vazão;
  - 14.1.5.5. Medição do diferencial de pressão nos filtros de ar;
  - 14.1.5.6. Verificação da resistência do isolamento dos motores e compressores;
  - 14.1.5.7. Verificação da vedação das conexões dos dutos e acessórios;
  - 14.1.5.8. Verificação da vedação das portas de inspeção em operação normal dos dutos e Acessórios;
  - 14.1.5.9. Identificação e eliminação de danos no isolamento térmico dos dutos e demais Acessórios;
  - 14.1.5.10. Identificação e eliminação de vazamentos nas ligações flexíveis dos ventiladores;
  - 14.1.5.11. Verificação da operação dos amortecedores de vibração nos ventiladores;
  - 14.1.5.12. Verificação da operação dos controles de vazão dos ventiladores.
- 14.2. As rotinas de manutenção preventiva e manutenção corretiva a serem realizados **nas geladeiras, bebedouros e purificadores de água** deverão ser constituídas pelos serviços abaixo relacionados, na periodicidade indicada, além de outros que a Contratante julgar necessários realizar ou que atendam as instruções dos fabricantes dos equipamentos ou de sua assistência técnica autorizada:
  - 14.2.1. **MENSALMENTE:**
    - 14.2.1.1. Limpeza da cuba interna dos bebedouros;
    - 14.2.1.2. Inspeção nas geladeiras, identificando e corrigindo vazamentos, ruídos e vibração excessiva.
  - 14.2.2. **SEMESTRALMENTE:**
    - 14.2.2.1. Substituição do elemento filtrante (vela) dos purificadores de água. Nos casos de manutenção preventiva ou corretiva caberá a adoção das providências necessárias para o completo restabelecimento do equipamento, empregando-se peças novas e originais, observando-se a reposição descrita no **item 7.56**;





- 14.2.2.2. A Contratante deverá estabelecer rotina de inspeção nas **geladeiras, bebedouros e purificadores de água** de modo que a periodicidade máxima entre uma vistoria e outra seja de 1 (um) mês para cada equipamento, verificando-se todos os aspectos pertinentes ao seu correto funcionamento, inclusive no que diz respeito a questões de higiene, reportando-se ao gestor nos casos de falta de limpeza e/ou manuseio incorreto destes equipamentos;
- 14.3. As rotinas de manutenção preventiva e manutenção corretiva a serem realizados nas **geladeiras, bebedouros e purificadores de água** deverão ser constituídas pelos serviços abaixo relacionados, na periodicidade indicada, além de outros que a Contratante julgar necessários realizar ou que atendam as instruções dos fabricantes dos equipamentos ou de sua assistência técnica autorizada:
- 14.4. Todas as rotinas de manutenção preventiva e inspeções referentes a geladeiras, bebedouros e purificadores de água deverão ser previamente apresentadas a contratante por meio de um plano próprio;

## **15. MATEIRAIS E EQUIPAMENTOS**

- 15.1. Todo o material de consumo, ferramentas e equipamentos necessários as execuções dos serviços serão fornecidas pela Contratada, cabendo a Contratante recusar aqueles cuja qualidade não satisfaça as necessidades e o padrão desta Universidade;
- 15.2. Durante a execução dos serviços contratados caberá a Contratada o fornecimento, **sem ônus para a Contratante**, dos materiais necessários a correta manutenção de todos os equipamentos, exceto aqueles materiais de reposição, que serão também fornecidos pela CONTRATADA, mas terão seu custo ressarcido pela Contratante de acordo com o preço de mercado, comprovado previamente através de **pesquisa de mercado, mínimo de 3 fornecedores, ou preços já cadastrada no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br))**, de acordo com a Instrução Normativa Nº 05 de 27 de junho 2014 do MPOG, sendo responsabilidade da Contratada providenciar, tal pesquisa, bem como a reposição das peças fornecidas dentro do período da garantia, sendo informado na proposta técnica apresentada na licitação;
- 15.3. Sempre que for constatada a necessidade de fornecimento de materiais com vistas a execução de procedimentos de ordem corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar previamente a CONTRATANTE orçamento detalhado no prazo de 3 (três) dias úteis, junto com a pesquisa de mercado, a partir da solicitação da CONTRATANTE;
- 15.4. Caso o orçamento não seja aprovado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar novo orçamento com as devidas correções, no prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contados na forma do art. 110, da Lei nº 8.666/1993;
- 15.5. Todas as peças que necessitarem reposição deverão ser substituídas por peças novas e originais, de mesma marca, modelo e função para a realização da correta manutenção dos equipamentos, dentro do valor de mercado.

## **16. OUTRAS CONDIÇÕES DA CONTRATADA**

- 16.1. De acordo com a orientação do TCU, **Acórdão 1214/2013** item 102, a Contratada deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório.
- 16.2. Eventuais erros ou omissões de cálculo ou de percentual de encargos sociais, taxas ou impostos, nas Planilhas apresentadas não importará na imediata desclassificação da empresa, desde que a mesma apresente nova planilha cujo valor não ultrapasse o lance por ela ofertado.
- 16.3. Nos preços propostos, e nos lances que vier a fornecer, já deverão estar incluídos todos os custos necessários para a prestação dos serviços objeto da licitação, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.



- 16.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da contratada, não lhe assistindo o direito de pleitear, após assinatura de Contrato, qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 16.5. Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.
- 16.6. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de legislação específica, será considerado o prazo de validade de 12 (doze) meses a contar da data de expedição.
- 16.7. O Acordo ou Convenção Coletiva utilizada deverá ser das localidades de prestação de serviços, independentemente da localização da sede da empresa Contratada.
- 16.8. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contratação objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco) do valor do Contrato.
- 16.9. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o termo de Termo de Referência e seus anexos.
- 16.10. A empresa deverá manter preposto, aceito pela Administração, nos locais de serviços, para representá-lo na execução do contrato.



**ANEXO I-A**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS**

LOTE ÚNICO					
SUBITEM 1 (A)					
Item	Descrição	Quant. Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	
ALOJAMENTO, LOGÍSTICA E TRANSPORTE - BASEADO NA PLANILHA SICRO 2015 CONFORME INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DG Nº 03 - 07/03/2012					
1	Veículo com deslocamento médio mensal de 1500 km. CAMINHONETE - 140A 165 CV	12	4.176,11	50.113,32	
2	Valor para alojamento para pessoal quando solicitado manutenção em todos os <i>Campi</i> fora de sede - Para trinta dias.	8	1.573,72	12.589,76	
BDI				28,72%	
TOTAL SUBITEM 1 - (R\$)				80.710,70	
SUBITEM 2 (B)					
Custeio de reposição de peças para manutenção do objeto do termo de referência					
Item	Descrição	Valor para compras de peças	BDI (%)	Valor Total (R\$)	
3	Reposição geral de peças para manutenção de todos os serviços descritos neste termo de referência	R\$ 95.000,00	28,72%	122.828,94	
TOTAL SUBITEM 2 - (R\$)				122.828,94	
SUBITEM 3 (C)					
MÃO-DE-OBRA - COM BDI					
Item	Descrição	Quant. de trabalhadores	Quant. Meses	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	Auxiliar de Refrigeração	2	12	2.722,78	65.346,66
5	Técnico de Refrigeração	2	12	3.702,84	88.868,24
6	Encarregado	1	12	3.702,84	44.434,12
TOTAL SUBITEM 3 – (R\$)				198.649,02	
TOTAL DOS SERVIÇOS COM BDI – (R\$): A+B+C				401.642,66	

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS - CARGO: AUXILIAR EM REFRIGERAÇÃO		
MANUTENÇÃO PREDIAL		VALORES VIGENTES
I - SALÁRIO DO PROFISSIONAL		
Auxiliar de Refrigeração		R\$ 860,50



II - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
REMUNERAÇÃO		
Salário-base		R\$ 860,50
Prêmio Assiduidade		
<b>REMUNERAÇÃO TOTAL</b>		<b>R\$ 860,50</b>
III - ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO		
GRUPO A		
A.01 INSS	0,000%	R\$ 0,00
A.02 FGTS	8,000%	R\$ 68,84
A.03 Sesi/SESC	1,500%	R\$ 12,91
A.04 SENAI/SENAC	1,000%	R\$ 8,61
A.05 INCRA	0,200%	R\$ 1,72
A.06 SEBRAE	0,600%	R\$ 5,16
A.07 Salário Educação	2,500%	R\$ 21,51
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT (3%) x FAP (0,8903%)	3,000%	R\$ 25,82
<b>TOTAL - GRUPO A</b>	<b>16,800%</b>	<b>R\$ 144,57</b>
GRUPO B		
B.01 13º Salário	8,333%	R\$ 71,71
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	8,910%	R\$ 76,67
B.03 Auxílio Doença	0,690%	R\$ 5,94
B.04 Acidente de Trabalho	0,090%	R\$ 0,77
B.05 Faltas Legais	0,560%	R\$ 4,82
B.06 Licença Maternidade	0,020%	R\$ 0,17
B.07 Licença Paternidade	0,060%	R\$ 0,52
<b>TOTAL - GRUPO B</b>	<b>18,663%</b>	<b>R\$ 160,60</b>
GRUPO C		
C.01 Aviso Prévio Indenizado	5,720%	R\$ 49,22
C.02 Aviso Prévio Trabalhado	0,130%	R\$ 1,12
C.03 Indenização Adicional	0,480%	R\$ 4,13
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa - multa de 40% do FGTS - em relação a 100% dos empregados inicialmente contratados)	3,890%	R\$ 33,47
C.05 Férias Indenizadas	1,930%	R\$ 16,61



<b>TOTAL - GRUPO C</b>	<b>12,150%</b>	<b>R\$ 104,55</b>
<b>GRUPO D</b>		
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	3,135%	R\$ 0,00
<b>TOTAL - GRUPO D</b>	<b>3,135%</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>GRUPO E</b>		
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$ 0,28
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,026%	R\$ 0,22
<b>TOTAL - GRUPO E</b>	<b>0,059%</b>	<b>R\$ 0,50</b>
<b>GRUPO F</b>		
F.01 Incidência do Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,480%	R\$ 4,13
<b>TOTAL - GRUPO F</b>	<b>0,480%</b>	<b>R\$ 4,13</b>
<b>TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>51,287%</b>	<b>R\$ 414,35</b>
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>R\$ 1.274,85</b>
<b>IV - INSUMOS</b>		
Uniforme		
Vale alimentação de acordo com CCT		R\$ 308,00
Vale-Transporte (22 dias, 2 VT/dia)		R\$ 110,00
Dedução legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)		(R\$ 51,63)
Depreciação e manutenção de equipamentos.		
EPI		R\$ 3,00
<b>TOTAL - INSUMOS</b>		<b>R\$ 369,37</b>
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS</b>		<b>R\$ 1.644,22</b>



V - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS		
LDI	10,000%	R\$ 164,42
Despesas Administrativas/Operacionais	10,000%	R\$ 164,42
Outras despesas (discriminar)	0,000%	R\$ 0,00
<b>TOTAL - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>	<b>20,000%</b>	<b>R\$ 328,84</b>
VI - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO		
ISSQN ou ISS	5,000%	R\$ 82,21
COFINS	3,000%	R\$ 49,33
PIS	0,650%	R\$ 10,69
<b>TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>	<b>8,650%</b>	<b>R\$ 142,23</b>
<b>PREÇO MENSAL</b>		<b>R\$ 2.115,29</b>
VII - CLTI - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS		
Lucro	9,00%	
Custos Indiretos	6,00%	
Tributo sobre o Faturamento	8,650%	
<b>CLTI</b>	<b>28,72%</b>	
<b>PREÇO MENSAL COM BDI</b>		<b>R\$ 2.722,78</b>

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS - CARGO: TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO		
MANUTENÇÃO PREDIAL	VALORES VIGENTES	
I - SALÁRIO DO PROFISSIONAL		
Técnico de Refrigeração		R\$ 1.278,71
II - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
REMUNERAÇÃO		
Salário-base		R\$ 1.278,71
Prêmio Assiduidade		
REMUNERAÇÃO TOTAL		R\$ 1.278,71
III - ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO		
GRUPO A		





A.01 INSS	0,000%	R\$ 0,00
A.02 FGTS	8,000%	R\$ 102,30
A.03 SESI/SESC	1,500%	R\$ 19,18
A.04 SENAI/SENAC	1,000%	R\$ 12,79
A.05 INCRA	0,200%	R\$ 2,56
A.06 SEBRAE	0,600%	R\$ 7,67
A.07 Salário Educação	2,500%	R\$ 31,97
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT (3%) x FAP (0,8903%)	3,000%	R\$ 38,36
<b>TOTAL - GRUPO A</b>	<b>16,800%</b>	<b>R\$ 214,83</b>
<b>GRUPO B</b>		
B.01 13º Salário	8,333%	R\$ 106,55
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	8,910%	R\$ 113,93
B.03 Auxílio Doença	0,690%	R\$ 8,82
B.04 Acidente de Trabalho	0,090%	R\$ 1,15
B.05 Faltas Legais	0,560%	R\$ 7,16
B.06 Licença Maternidade	0,020%	R\$ 0,26
B.07 Licença Paternidade	0,060%	R\$ 0,77
<b>TOTAL - GRUPO B</b>	<b>18,663%</b>	<b>R\$ 238,64</b>
<b>GRUPO C</b>		
C.01 Aviso Prévio Indenizado	5,720%	R\$ 73,14
C.02 Aviso Prévio Trabalhado	0,130%	R\$ 1,66
C.03 Indenização Adicional	0,480%	R\$ 6,14
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa - multa de 40% do FGTS - em relação a 100% dos empregados inicialmente contratados)	3,890%	R\$ 49,74
C.05 Férias Indenizadas	1,930%	R\$ 24,68
<b>TOTAL - GRUPO C</b>	<b>12,150%</b>	<b>R\$ 155,36</b>
<b>GRUPO D</b>		
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	3,135%	R\$ 0,00
<b>TOTAL - GRUPO D</b>	<b>3,135%</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>GRUPO E</b>		



E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$ 0,42
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,026%	R\$ 0,33
<b>TOTAL - GRUPO E</b>	<b>0,059%</b>	<b>R\$ 0,75</b>
<b>GRUPO F</b>		
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,273%	R\$ 3,49
<b>TOTAL - GRUPO F</b>	<b>0,273%</b>	<b>R\$ 3,49</b>
<b>TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>51,080%</b>	<b>R\$ 613,07</b>
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>R\$ 1.891,78</b>
<b>IV - INSUMOS</b>		
Uniforme		
Vale alimentação de acordo com CCT		R\$ 308,00
Vale-Transporte (22 dias, 2 VT/dia)		R\$ 110,00
Dedução legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)		(R\$ 76,72)
Depreciação e manutenção de equipamentos.		
EPI		R\$ 3,00
<b>TOTAL - INSUMOS</b>		<b>R\$ 344,28</b>
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS</b>		<b>R\$ 2.236,06</b>
<b>V - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>		
LDI	10,000%	R\$ 223,61
Despesas Administrativas/Operacionais	10,000%	R\$ 223,61
Outras despesas (discriminar)	0,000%	R\$ 0,00
<b>TOTAL - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>	<b>20,000%</b>	<b>R\$ 447,21</b>



VI - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO		
ISSQN ou ISS	5,000%	R\$ 111,80
COFINS	3,000%	R\$ 67,08
PIS	0,650%	R\$ 14,53
<b>TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>	<b>8,650%</b>	<b>R\$ 193,42</b>
<b>PREÇO MENSAL</b>		<b>R\$ 2.876,69</b>
VII - CLTI - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS		
Lucro	9,00%	
Custos Indiretos	6,00%	
Tributos	8,650%	
<b>CLTI</b>	<b>28,72%</b>	
<b>PREÇO MENSAL COM BDI</b>		<b>R\$ 3.702,84</b>

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS - CARGO: ENCARREGADO		
MANUTENÇÃO PREDIAL	VALORES VIGENTES	
I - SALÁRIO DO PROFISSIONAL		
Encarregado		R\$ 1.278,71
II - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
REMUNERAÇÃO		
Salário-base		R\$ 1.278,71
Prêmio Assiduidade		
REMUNERAÇÃO TOTAL		R\$ 1.278,71
III - ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO		
GRUPO A		
A.01 INSS	0,000%	R\$ 0,00
A.02 FGTS	8,000%	R\$ 102,30
A.03 SESI/SESC	1,500%	R\$ 19,18
A.04 SENAI/SENAC	1,000%	R\$ 12,79
A.05 INCRA	0,200%	R\$ 2,56
A.06 SEBRAE	0,600%	R\$ 7,67
A.07 Salário Educação	2,500%	R\$ 31,97



A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT (3%) x FAP (0,8903%)	3,000%	R\$ 38,36
<b>TOTAL - GRUPO A</b>	<b>16,800%</b>	<b>R\$ 214,83</b>
<b>GRUPO B</b>		
B.01 13º Salário	8,333%	R\$ 106,55
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	8,910%	R\$ 113,93
B.03 Auxílio Doença	0,690%	R\$ 8,82
B.04 Acidente de Trabalho	0,090%	R\$ 1,15
B.05 Faltas Legais	0,560%	R\$ 7,16
B.06 Licença Maternidade	0,020%	R\$ 0,26
B.07 Licença Paternidade	0,060%	R\$ 0,77
<b>TOTAL - GRUPO B</b>	<b>18,663%</b>	<b>R\$ 238,64</b>
<b>GRUPO C</b>		
C.01 Aviso Prévio Indenizado	5,720%	R\$ 73,14
C.02 Aviso Prévio Trabalhado	0,130%	R\$ 1,66
C.03 Indenização Adicional	0,480%	R\$ 6,14
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa - multa de 40% do FGTS - em relação a 100% dos empregados inicialmente contratados)	3,890%	R\$ 49,74
C.05 Férias Indenizadas	1,930%	R\$ 24,68
<b>TOTAL - GRUPO C</b>	<b>12,150%</b>	<b>R\$ 155,36</b>
<b>GRUPO D</b>		
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	3,135%	R\$ 0,00
<b>TOTAL - GRUPO D</b>	<b>3,135%</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>GRUPO E</b>		
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$ 0,42
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,026%	R\$ 0,33
<b>TOTAL - GRUPO E</b>	<b>0,059%</b>	<b>R\$ 0,75</b>



<b>GRUPO F</b>		
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,273%	R\$ 3,49
<b>TOTAL - GRUPO F</b>	<b>0,273%</b>	<b>R\$ 3,49</b>
<b>TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>51,080%</b>	<b>R\$ 613,07</b>
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>R\$ 1.891,78</b>
<b>IV - INSUMOS</b>		
Uniforme		
Vale alimentação de acordo com CCT		R\$ 308,00
Vale-Transporte (22 dias, 2 VT/dia)		R\$ 110,00
Dedução legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)		(R\$ 76,72)
Depreciação e manutenção de equipamentos.		
EPI		R\$ 3,00
<b>TOTAL - INSUMOS</b>		<b>R\$ 344,28</b>
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS</b>		<b>R\$ 2.236,06</b>
<b>V - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>		
LDI	10,000%	R\$ 223,61
Despesas Administrativas/Operacionais	10,000%	R\$ 223,61
Outras despesas (discriminar)	0,000%	R\$ 0,00
<b>TOTAL - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>	<b>20,000%</b>	<b>R\$ 447,21</b>
<b>VI - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>		
ISSQN ou ISS	5,000%	R\$ 111,80
COFINS	3,000%	R\$ 67,08
PIS	0,650%	R\$ 14,53
<b>TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>	<b>8,650%</b>	<b>R\$ 193,42</b>



<b>PREÇO MENSAL</b>		<b>R\$ 2.876,69</b>
<b>VII - CLTI - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS</b>		
Lucro	9,00%	
Custos Indiretos	6,00%	
Tributos	8,650%	
<b>CLTI</b>	<b>28,72%</b>	
<b>PREÇO MENSAL COM BDI</b>		<b>R\$ 3.702,84</b>





**ANEXO II**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR**  
**INTERMÉDIO DO (A) .....**  
**E A EMPRESA .....**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA**, Autarquia Especial de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, sediada na Folha 31 Quadra 07 Lote Especial, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA, CEP 68.507-590, inscrita no CGC/MF sob o nº 18.657.063.0001-80, doravante denominada de **UNIFESSPA**, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Pro Tempore, **Prof. Dr. MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO**, designado pelo Presidente pela portaria MEC Nº 569 de 28 de junho de 2013, portador do CPF nº 185.819.432-68, e CI nº 1523205-SSP/PA doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA FORNECEDORA** com endereço na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_ na RUA \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, inscrita no CGC/MF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, portador do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, e da Carteira da Identidade nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de ....., que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:

SUBITEM 1				
Item	Descrição	Quantidade Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Veículo com deslocamento médio mensal de 1500 km. CAMINHONETE - 140A 165 CV	12		
2	Valor para alojamento para pessoal quando solicitado manutenção em todos os <i>Campi</i> fora de sede - Para trinta dias.	8		
TOTAL SUBITEM 1 - (A)				
SUBITEM 2				
Custeio de reposição de peças para manutenção do objeto do termo de referência				
Item	Descrição	Valor para compras de peças	BDI (%)	Valor Total (R\$)
3	Reposição geral de peças para manutenção de todos os serviços descritos neste termo de referência	R\$ 95.000,00		
TOTAL SUBITEM 2 - (B)				



SUBITEM 3					
Item	Descrição	Quant. de trabalhadores	Quant. Meses	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	Auxiliar de Refrigeração	2	12		
5	Técnico de Refrigeração	2	12		
6	Encarregado	1	12		
TOTAL SUBITEM 3 - (C)					
TOTAL GERAL (R\$): A + B + C					

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, anexo do Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
  - 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
  - 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
  - 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor supracitado é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade:**

**Fonte:**

**Programa de Trabalho:**

**Elemento de Despesa:**

**PI:**

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.



---

**6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

- 6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M/FGV.
- 6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

---

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ ..... (.....), na modalidade de ....., correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

---

**8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

- 8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

---

**9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

---

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

---

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 11.4.3. Indenizações e multas.

---

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

- 12.1. É vedado à CONTRATADA:
- 12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
  - 12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
  - 12.1.3. A prestação de serviços por familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança neste órgão, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04.06.10.

---

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



---

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

---

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

- 15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

---

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

- 16.1. As questões decorrentes da execução do presente contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Marabá, Estado do Pará, afastado qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Marabá-PA, ..... de ..... de 2015

---

**Prof. Dr. Maurílio, de Abreu Monteiro**  
Reitor *pro tempore* da Unifesspa  
P/ CONTRATANTE

---

P/ CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

---

RG nº:  
CPF nº:

---

RG nº:  
CPF nº:



**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA**

À

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Pregão Eletrônico: 31/2015 – Pregoeiro Leandro Maia Teixeira

Processo: 23479.005708/2015-21

Razão social da empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ [Ramal: \_\_\_\_] | Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ | Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_; Agência: \_\_\_\_\_; C/C: \_\_\_\_\_

Representante da empresa:

Nome: \_\_\_\_\_;

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_;

E-mail: \_\_\_\_\_

GRUPO/LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QTDE. DE MESES	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1		Serviço	12		
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>					

VALIDADE DA PROPOSTA:	60 dias (mínimo)	PRAZO DE EXECUÇÃO	12 meses
DECLARAMOS QUE NOS NOSSOS COTADOS ESTÃO INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS, TRIBUTOS, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS ENCARGOS DE QUALQUER NATUREZA NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO DESTES EDITAIS E SEUS ANEXOS, NADA MAIS SENDO VÁLIDO PLEITEAR A ESSE TÍTULO.			

Assinatura

**OBS: NÃO SERÁ ACEITA A DESCRIÇÃO "CONFORME O EDITAL".**



**ANEXO IV**

**MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS**

LOTE ÚNICO					
SUBITEM 1					
Item	Descrição	Quant. Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	
ALOJAMENTO, LOGÍSTICA E TRANSPORTE - BASEADO NA PLANILHA SICRO 2015 CONFORME INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DG Nº 03 - 07/03/2012					
1	Veículo com deslocamento médio mensal de 1500 km. CAMINHONETE - 140A 165 CV	12			
2	Valor para alojamento para pessoal quando solicitado manutenção em todos os <i>Campi</i> fora de sede - Para trinta dias.	8			
				BDI	
				SUBTOTAL (R\$)	
SUBITEM 2					
CUSTEIO DE REPOSIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO OBJETO DO TERMO DE REFERÊNCIA					
3	Reposição geral de peças para manutenção de todos os serviços descritos neste termo de referência			R\$ 95.000,00*	
				BDI	
				SUBTOTAL (R\$)	
SUBITEM 3					
MÃO-DE-OBRA - COM BDI					
Item	Descrição	Quant. de trabalhadores	Quant. Meses	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	Auxiliar de Refrigeração	2	12		
5	Técnico de Refrigeração	2	12		
6	Encarregado	1	12		
				SUBTOTAL	
				TOTAL DOS SERVIÇOS COM BDI	

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS - CARGO: AUXILIAR EM REFRIGERAÇÃO		
MANUTENÇÃO PREDIAL		VALORES VIGENTES
<b>I - SALÁRIO DO PROFISSIONAL</b>		
Auxiliar de Refrigeração		
<b>II - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO</b>		
<b>REMUNERAÇÃO</b>		





Salário-base		
Prêmio Assiduidade		
<b>REMUNERAÇÃO TOTAL</b>		
<b>III - ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO</b>		
<b>GRUPO A</b>		
A.01 INSS		
A.02 FGTS		
A.03 Sesi/SESC		
A.04 SENAI/SENAC		
A.05 INCRA		
A.06 SEBRAE		
A.07 Salário Educação		
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT (3%) x FAP (0,8903%)		
<b>TOTAL - GRUPO A</b>		
<b>GRUPO B</b>		
B.01 13º Salário		
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)		
B.03 Auxílio Doença		
B.04 Acidente de Trabalho		
B.05 Faltas Legais		
B.06 Licença Maternidade		
B.07 Licença Paternidade		
<b>TOTAL - GRUPO B</b>		
<b>GRUPO C</b>		
C.01 Aviso Prévio Indenizado		
C.02 Aviso Prévio Trabalhado		
C.03 Indenização Adicional		
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa - multa de 40% do FGTS - em relação a 100% dos empregados inicialmente contratados)		
C.05 Férias Indenizadas		
<b>TOTAL - GRUPO C</b>		



<b>GRUPO D</b>		
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B		
<b>TOTAL - GRUPO D</b>		
<b>GRUPO E</b>		
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado		
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho		
<b>TOTAL - GRUPO E</b>		
<b>GRUPO F</b>		
F.01 Incidência do Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
<b>TOTAL - GRUPO F</b>		
<b>TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS</b>		
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS</b>		
<b>IV - INSUMOS</b>		
Uniforme		
Vale alimentação de acordo com CCT		
Vale-Transporte (22 dias, 2 VT/dia)		
Dedução legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)		
Depreciação e manutenção de equipamentos.		
EPI		
<b>TOTAL - INSUMOS</b>		
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS</b>		
<b>V - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>		
LDI		



Despesas Administrativas/Operacionais		
Outras despesas (discriminar)		
<b>TOTAL - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>		
<b>VI - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>		
ISSQN ou ISS		
COFINS		
PIS		
<b>TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>		
<b>PREÇO MENSAL</b>		
<b>VII - CLTI - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS</b>		
Lucro		
Custos Indiretos		
Tributo sobre o Faturamento		
<b>CLTI</b>		
<b>PREÇO MENSAL COM BDI</b>		

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS - CARGO: TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO		
MANUTENÇÃO PREDIAL	VALORES VIGENTES	
I - SALÁRIO DO PROFISSIONAL		
Técnico de Refrigeração		
II - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
REMUNERAÇÃO		
Salário-base		
Prêmio Assiduidade		
REMUNERAÇÃO TOTAL		
III - ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO		
GRUPO A		
A.01 INSS		
A.02 FGTS		



A.03 SESI/SESC		
A.04 SENAI/SENAC		
A.05 INCRA		
A.06 SEBRAE		
A.07 Salário Educação		
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT (3%) x FAP (0,8903%)		
<b>TOTAL - GRUPO A</b>		
<b>GRUPO B</b>		
B.01 13º Salário		
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)		
B.03 Auxílio Doença		
B.04 Acidente de Trabalho		
B.05 Faltas Legais		
B.06 Licença Maternidade		
B.07 Licença Paternidade		
<b>TOTAL - GRUPO B</b>		
<b>GRUPO C</b>		
C.01 Aviso Prévio Indenizado		
C.02 Aviso Prévio Trabalhado		
C.03 Indenização Adicional		
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa - multa de 40% do FGTS - em relação a 100% dos empregados inicialmente contratados)		
C.05 Férias Indenizadas		
<b>TOTAL - GRUPO C</b>		
<b>GRUPO D</b>		
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B		
<b>TOTAL - GRUPO D</b>		
<b>GRUPO E</b>		
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado		



E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho		
<b>TOTAL - GRUPO E</b>		
<b>GRUPO F</b>		
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade		
<b>TOTAL - GRUPO F</b>		
<b>TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS</b>		
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS</b>		
<b>IV - INSUMOS</b>		
Uniforme		
Vale alimentação de acordo com CCT		
Vale-Transporte (22 dias, 2 VT/dia)		
Dedução legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)		
Depreciação e manutenção de equipamentos.		
EPI		
<b>TOTAL - INSUMOS</b>		
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS</b>		
<b>V - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>		
LDI		
Despesas Administrativas/Operacionais		
Outras despesas (discriminar)		
<b>TOTAL - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>		
<b>VI - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>		
ISSQN ou ISS		



COFINS		
PIS		
<b>TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>		
<b>PREÇO MENSAL</b>		
<b>VII - CLTI - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS</b>		
Lucro		
Custos Indiretos		
Tributos		
<b>CLTI</b>		
<b>PREÇO MENSAL COM BDI</b>		

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS - CARGO: ENCARREGADO		
MANUTENÇÃO PREDIAL	VALORES VIGENTES	
I - SALÁRIO DO PROFISSIONAL		
Encarregado		
II - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
REMUNERAÇÃO		
Salário-base		
Prêmio Assiduidade		
REMUNERAÇÃO TOTAL		
III - ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO		
GRUPO A		
A.01 INSS		
A.02 FGTS		
A.03 SESI/SESC		
A.04 SENAI/SENAC		
A.05 INCRA		
A.06 SEBRAE		
A.07 Salário Educação		
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT (3%) x FAP (0,8903%)		



<b>TOTAL - GRUPO A</b>		
B.01 13º Salário		
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)		
B.03 Auxílio Doença		
B.04 Acidente de Trabalho		
B.05 Faltas Legais		
B.06 Licença Maternidade		
B.07 Licença Paternidade		
<b>TOTAL - GRUPO B</b>		
<b>GRUPO C</b>		
C.01 Aviso Prévio Indenizado		
C.02 Aviso Prévio Trabalhado		
C.03 Indenização Adicional		
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa - multa de 40% do FGTS - em relação a 100% dos empregados inicialmente contratados)		
C.05 Férias Indenizadas		
<b>TOTAL - GRUPO C</b>		
<b>GRUPO D</b>		
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B		
<b>TOTAL - GRUPO D</b>		
<b>GRUPO E</b>		
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado		
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho		
<b>TOTAL - GRUPO E</b>		
<b>GRUPO F</b>		





F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade		
<b>TOTAL - GRUPO F</b>		
<b>TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS</b>		
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS</b>		
<b>IV - INSUMOS</b>		
Uniforme		
Vale alimentação de acordo com CCT		
Vale-Transporte (22 dias, 2 VT/dia)		
Dedução legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)		
Depreciação e manutenção de equipamentos.		
EPI		
<b>TOTAL - INSUMOS</b>		
<b>VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS</b>		
<b>V - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>		
LDI		
Despesas Administrativas/Operacionais		
Outras despesas (discriminar)		
<b>TOTAL - BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</b>		
<b>VI - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>		
ISSQN ou ISS		
COFINS		
PIS		
<b>TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</b>		
<b>PREÇO MENSAL</b>		



<b>VII - CLTI - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS</b>		
Lucro		
Custos Indiretos		
Tributos		
<b>CLTI</b>		
<b>PREÇO MENSAL COM BDI</b>		

**ANEXO V**

**DECRETO TARIFA DE TRANSPORTE MUNICÍPIO DE MARABÁ**  
*(Disponível somente em arquivo digital)*